

**Jornal Notícias**

03-12-2015

Periodicidade: Diário**Classe:** Informação Geral**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 110603**Temática:** Turismo**Dimensão:** 1250**Imagem:** S/Cor**Página (s):** 1/14

● Estoril Sol, Varzim Sol e Sociedade Nortenha de Bingos apanhados na Operação Furacão ● Pagaram 5 milhões para evitar processos p. 14

Casinos usaram faturas falsas para fugir ao Fisco



Grupo proprietário dos casinos do Estoril e Póvoa de Varzim aderiu a esquema de fraude com uso de empresas offshore

Operação Furacão Casinos do Estoril e Póvoa de Varzim apanhados com faturas falsas. Pagaram mais de cinco milhões de euros para se livrarem de processos

Esquema de fuga ao Fisco usado em negócios do jogo

Nuno Miguel Maia
nunommm@jn.pt

► As empresas proprietárias dos casinos do Estoril e da Póvoa de Varzim foram clientes do gigantesco esquema de fuga aos impostos investigado na Operação Furacão. Depois de descobertas, a Estoril Sol e a Varzim Sol resolveram pagar aquilo que deviam ao Fisco, para evitar acusações do Ministério Público e julgamento por crimes de fraude fiscal agravada. No total, foram pagos 5,088 milhões de euros.

No quarto processo da Operação Furacão concluído com acusação do Departamento Central de Investigação e Ação Penal, constam mais empresas sonantes. Exemplos: as construtoras Somaque (dos Açores e Madeira), Construtora do Tâmega e OPCA; o grupo de distribuição alimentar Jorge Sá, da Madeira; a Porcel, do falecido empresário Adolfo Roque, da Revigres.

Também várias empresas de calçado de Felgueiras aderiram a um esquema de faturas falsas que girava à volta de duas sociedades, conhecidas como ISM e ISF, controladas por João Ulrich, Luís Vie-

ira, Frederico Arouca e Jaime Ferreira. Segundo a acusação, o principal mentor seria Ulrich, um ex-funcionário do grupo BCP, onde trabalhou na Servitrust.

Os serviços oferecidos pela ISM/ISF passavam por esquemas envolvendo o uso de empresas sediadas no Reino Unido e em paraísos fiscais, como Gibraltar e Belize, para passar faturas falsas e, assim, serem usadas por empresas portuguesas para aumentar ficticiamente os seus custos e pagar menos impostos. Na maior parte das situações investigadas pelas Finanças e Ministério Público os factos ocorreram há mais de 10 anos, desde 2001, e só terminaram em 2013.

Serviços fictícios

No caso da Estoril Sol e da Varzim Sol estavam em causa falsos serviços de "consultadoria", "promoção e marketing de diversos espetáculos realizados no casino" prestados por entidades offshore. O grupo – controlado em 58% pela sociedade STD M Macau e em 35% pela Amorim Turismo – conseguiu, em três anos (entre 2002 e 2004), aumentar ficticiamente os seus custos em 9,922 milhões de euros (Estoril Sol)

pormenores :

150

milhões de euros foi quanto o MP arrecadou para o Estado, com acordos de suspensão de processos.

219

mil euros foi quanto a Vitória de Setúbal ocultou em salários pagos a Jorge Jesus. O atual treinador do Sporting pagou 119 mil euros para não ser acusado num processo que envolve uma empresa ligada ao BPN.

Finibanco e BES

● O primeiro processo da Operação Furacão teve acusação contra 30 pessoas, o Finibanco (hoje integrado no Montepio) e a Finatlantic, promotora de fuga ao Fisco. A fuga atingiu 36 milhões, entre 2001 e 2007. O segundo processo envolve a ESGER, empresa do BES da qual eram acionistas elementos da família Espírito Santo.

e em 1,680 milhões (Varzim Sol). Também a Sociedade Nortenha de Bingos, que explora o Bingo do Salgueiros, é classificada como aderente ao esquema de fuga aos impostos, com falsos serviços de "assistência técnica". Esta empresa repôs a verdade fiscal pagando 247 mil euros, enquanto a Estoril Sol pagou 3,487 milhões e a Varzim Sol liquidou 411 mil euros.

Também a ESPGE, empresa que tinha como missão a organização de espetáculos nos casinos, aumentou ficticiamente os seus custos em 3,543 milhões. No total, pagou 5,088 milhões de euros, já com juros incluídos, e beneficiou da suspensão provisória do processo.

Nove milhões de euros em falta

Nesta quarta acusação da Operação Furacão são visados 40 arguidos por crimes de fraude fiscal. São acusados os promotores do esquema de fraude fiscal e todos os clientes que não pagaram ao Fisco os impostos detetados em falta, num montante aproximado de nove milhões de euros.

Todos os os demais clientes constituídos arguidos ficaram livres de processos mediante a reposição da verdade fiscal.●